

Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que traça um painel das principais lutas do sindicalismo metalúrgico fluminense, explicita muitos dos aspectos cotidianos da vida operária no século XX. O que emerge não são apenas os momentos “gloriosos” desses trabalhadores, suas vitórias e conquistas, mas também, suas derrotas, dificuldades e dilemas. São indivíduos de carne e osso que se emocionam, se confrontam e negociam com os empregadores em momentos de greve; enfrentam, por vezes, o aparelho repressivo do Estado e também apóiam Getúlio e o PTB.

A trajetória das classes trabalhadoras não é algo retilíneo, expressão dos grandes feitos, mas, em alguma medida, a difícil resultante da construção de uma vontade coletiva eivada de contradições, fragmentações e rupturas, onde a experiência das pequenas lutas, da sociabilidade no local de trabalho, na família, no bairro e no sindicato também conta muito. Vale dizer, a identidade é plural e não singular.

Enfim, a partir do estudo da experiência dos metalúrgicos do Rio de Janeiro a pergunta que nos fazemos é se é possível – nos dias de hoje – forjar uma clara identidade coletiva como, em certo sentido foi possível no passado, diante de um quadro que, em muitos aspectos, é extremamente desfavorável ao mundo do trabalho: a diminuição sem precedentes do número de trabalhadores industriais, uma organização incipiente no interior das empresas, um modelo de relação capital/trabalho que, entre outros aspectos, não permite a liberdade sindical e o desemprego funcionando como um inibidor da ação dos trabalhadores no âmbito sindical. Estes são, sem dúvida, alguns dos desafios para o sindicalismo nestes tempos difíceis de transformações da organização do trabalho, da produção e da estrutura ocupacional tangidos pelas ondas da desregulamentação das relações de trabalho.

**IRAM JÁCOME RODRIGUES é professor do
Departamento de Economia
da Universidade São Paulo.**

Mulheres, diferenças e desigualdades

Suely KOFES. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001. 470 páginas.

Suely KOFES. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, Mercado de Letras, 2001. 192 páginas.

Júlio Assis Simões

Estes dois trabalhos – produzidos em momentos distintos da carreira da antropóloga, professora e pesquisadora da Unicamp, e circunstancialmente publicados quase ao mesmo tempo – dão-nos a oportunidade de acompanhar o desdobramento de uma contribuição de considerável relevância em relação ao panorama atual dos estudos de gênero, permitindo situar as singulares conexões destes com a antropologia. Ambos dão testemunho do papel privilegiado da antropologia, tanto em incitar como questionar os pressupostos dos estudos de gênero, mesmo antes que esse rótulo se popularizasse em nossa produção acadêmica. Como Suely Kofes assinala, no prefácio a *Mulher, mulheres*, reportando-se ao tempo em que preparava o trabalho de doutorado que originou o livro: “Quando escrevi a tese, eu nada conhecia sobre as chamadas ‘teorias contemporâneas de gênero’. Meus argumentos sustentaram-se nas contribuições da antropologia sobre as distintas conceituações da diferença sexual inscritas em mitos, nos sistemas e práticas de parentesco, nos rituais, em sistemas classificatórios, na organização da produção, nas concepções de pessoas, nas relações e interações sociais etc.” (p. 21) Apesar disso – ou, talvez, também por causa disso – é patente o empenho da autora em desenvolver interpretações desafiadoras que convergem com o que há de mais interessante nas reflexões atuais sobre gênero, no que se refere ao esforço de desconstruir categorias e relações supostamente fixas e naturalizadas pela diferença sexual, e recontextualizá-las em termos históricos e culturais.

A afinidade entre os estudos de gênero e a antropologia se deve, em parte, ao fato de que questões como diferença, relações microscópicas de poder, concepções de sexualidade e de identidade sexual sempre tiveram lugar no repertório das variadas tradições antropológicas. Mas essa afinidade pode ser qualificada também em relação a certos modos singulares de avaliar e pôr em prática as próprias tradições da disciplina. Certamente, os dois trabalhos de Kofes são exemplares de um estilo de fazer antropologia bastante generalizado no Brasil, em seu esforço de aplicar procedimentos disciplinares canônicos a situações bastante distintas das que presidiram à sua formulação original. Mas *Mulher, mulheres*, em particular, parece-me também representativo de um estilo que marcou, durante certo período, o fazer antropológico na Unicamp (sem pretender com isso, é claro, circunscrever em termos institucionais estritos uma trajetória intelectual rica e diversificada como a da autora). A centralidade da antropologia britânica na formação proporcionada pela Unicamp até o início da década de 1980, sem inibir a interlocução criativa com outras tradições antropológicas, parece ter deixado como legado um tipo de ambição totalizante e sintetizadora que se encontra em muitas das monografias clássicas da chamada “escola britânica”, no modo de referir e reunir dimensões e conhecimentos das mais diferentes fronteiras disciplinares em benefício da compreensão mais abrangente e integrada das múltiplas facetas de temas particulares. A etnografia, dessa perspectiva, amplia seu alcance muito além da mera “observação participante”, para a busca e articulação de conexões de sentidos onde quer que essas pudessem ser encontradas. E isso, é claro, sem perder o pé nos atores concretos, nas suas interações e negociações possíveis, nos campos e lugares onde essas se processam. A riqueza de dados e o acento político que marcam várias monografias e teses produzidas sob a influência da formação da Unicamp, no período mencionado, parecem realçar essa herança.

Mulher, mulheres é a versão revista da tese de doutorado defendida em 1991, com pesquisa iniciada no final da década de 1970 e retomada em meados da década seguinte. No livro, incluindo o

já referido prefácio especialmente preparado para a edição, Kofes empreende uma alentada etnografia da relação social entre patroas e empregadas domésticas, que cobre não apenas a observação e a análise das interações cotidianas entre ambas, em diferentes unidades domésticas, mas também o tratamento de representações e interpretações do trabalho doméstico assalariado, encontradas em fontes históricas secundárias, na legislação e na atividade de um diversificado leque de instituições privadas e públicas: agências de emprego, entidades religiosas, assistenciais e educativas, sindicatos e associações profissionais. O tratamento metucioso desse amplo e variado conjunto de dados põe em relevo a complexidade constitutiva do contexto e das categorias, modelos e possibilidades de agenciamento envolvidos na relação de patroas e empregadas domésticas.

Na construção do objeto e da abordagem, Kofes parte da crítica às discussões feministas de inspiração marxista na década de 1970, que buscavam explicar o trabalho doméstico assalariado a partir das noções de modo de produção doméstico, trabalho produtivo e improdutivo, e exército industrial de reserva. Embora tais conceituações sublinhassem o papel dos serviços domésticos na reprodução social mais ampla, elas permaneciam presas a distinções dualistas entre setores “centrais” e “periféricos”, “estratégicos” e “intersticiais”, relegando a família e o trabalho doméstico ao segundo termo de cada uma dessas polaridades e dissolvendo no personalismo e na afetividade a complexidade das relações sociais no interior da casa. Tendo em vista uma compreensão mais articulada dos efeitos da desigualdade nos arranjos sociais e da importância estrutural do parentesco e da família nas chamadas sociedades modernas, Kofes busca construir uma referência conceitual alternativa, capaz de responder mais satisfatoriamente ao desafio posto pelo reconhecimento de que as relações de classe e trabalho são também sobrecodificadas pelas relações familiares e marcadas pelas distinções de gênero.

Esse instrumento conceitual é fornecido pela categoria “doméstico”, pensada como lugar estrutural onde se hibridizam relações familiares, íntimas, afetivas e relações de trabalho, em que inte-

ragem classes e grupos desiguais. Não se trata de conceber o doméstico como uma articulação dicotômica de “privado” e “público”, como se estes representassem dimensões nitidamente separadas, embora complementares – mas, sim, vê-lo como lugar de articulação de dois modelos em tensão, que aparecem e operam concomitantemente: organização familiar, relações personalistas e reciprocidade combinados com trabalho assalariado, hierarquia racial e desigualdade de classes. A ênfase recai “nos atores concretos e suas interações, nos lugares que esses atores ocupam, e as relações que combinam o que se supõe separado. [...] As relações entre classes e culturas diferentes e desiguais supõem relações políticas, mesmo quando se dão no que se designa privado” (pp. 93-94). O doméstico torna-se assim o espaço onde se produzem atributos e sentidos comuns de feminilidade, onde se atualizam identidades femininas possíveis – e também, como mostrará a etnografia, onde as mulheres se diferenciam como sujeitos desiguais.

O foco nas relações entre mulheres manifesta a recusa da autora de pensar que as experiências femininas se singularizam exclusiva e necessariamente em contraposição a um suposto pólo fixo contrário, o “masculino”. Por essa via, a interpretação lança também um vigoroso questionamento à suposição de que, do encontro no terreno compartilhado de definição do universo feminino, deva emergir inevitavelmente o auto-reconhecimento ou a afirmação de uma identidade social comum de “mulher”.¹ Na relação em tela, ressalta a autora, a própria feminilidade aparece como um atributo que distingue, verticaliza e separa: patroas são “mulheres”; empregadas, “trabalhadoras”. Mas essa distinção, que se expressa com rústica clareza na reprodução das duas figuras femininas que compõem o clichê extraído de um manual de orientação para candidatas a empregadas domésticas do antigo Mobra (e que vem estampado, algo inadequadamente, na capa do livro), mostra-se bem mais ambígua e tensa quando vista nas ações e representações das mulheres em interação nas unidades domésticas. Na descrição de situações cotidianas e na interpretação contextualizada de algumas categorias-chave dos discursos de patroas e empregadas – um ponto alto

do trabalho –, revela-se em importantes detalhes e nuances a aguda consciência que estas e aquelas têm dos mecanismos de diferenciação e hierarquia constitutivos da relação, dos limites e das brechas que esse jogo permite explorar.

A desigualdade constitutiva da relação deixa de ser uma proclamação estrutural abstrata, para ser apreendida na codificação de experiências e contextos em que é tanto afirmada quanto contestada. Se a afirmação da empregada como “mulher” implica compartilhar afetos e posições que ameaçariam desestabilizar a autoridade da patroa na ordenação de seu próprio espaço doméstico, a reivindicação pela empregada da condição plena de “trabalhadora” (ponto defendido pelas associações profissionais de domésticas) afetaria, por sua vez, a sua participação em todo o circuito de informalidades e trocas dentro das “casas de famílias”, que lhe dão margem de manobra para redefinir o vínculo com a patroa, dispor de certos benefícios e compensações, manter certa autonomia na decisão, distribuição e ritmo das tarefas domésticas. Valores, necessidades e arranjos informais entram em peculiar composição com direitos e deveres contratuais, como estratégias acionadas pelas duas partes desiguais da relação, e se refletem juridicamente na permanência da distinção legal entre “empresa” e “casa”, que segue excluindo as empregadas domésticas das regulamentações formais sobre horário de trabalho, seguro desemprego, piso salarial e salário família. Exclusões que, acrescenta a autora, “continuam, portanto, deixando que empregadas e patroas façam seu jogo, o que esses atores e muitos de seus analistas vêem, em muitos casos, como vantajoso para os dois lados” (p. 300).²

O fôlego investigativo e analítico, a ambição em grande parte bem-sucedida de vincular um tema de pesquisa aparentemente introspectivo (relações e interações) e as estruturas sociais mais amplas que se revelam e se realizam através dele – que dão o tom de *Mulher, mulheres* – são muito mais contidos e tentativos em *Uma trajetória, em narrativas*. A narrativa biográfica, que no livro anterior desempenhava um papel secundário, de apoio às interpretações,³ torna-se o foco deste outro, que busca situar a trajetória de Consuelo Caia-

do (1899-1983), de uma importante família na história política da cidade e do Estado de Goiás, a partir do questionamento da “reclusão” e do esquecimento público dessa personagem na própria cidade onde passou a maior parte de sua longa vida.

O livro lida constantemente com a tensão de construir a etnografia de uma experiência biográfica na ausência de um encontro etnográfico com o biografado, o que obriga a autora a uma incursão na pesquisa historiográfica, que não lhe propicia a mesma desenvoltura exercitada no trabalho anterior. Mas nele também se nota o rastrear perseverante de múltiplas conexões de sentido. De novo, um diversificado material de análise é mobilizado para reconstituir a personagem e seu contexto: textos da própria Consuelo em relatórios e cartas, referências a ela em registros escritos, narrativas orais obtidas em entrevistas, documentos do Gabinete Literário da cidade de Goiás (presidido por ela entre 1929 e 1932), jornais locais e nacionais dessa época, registros das conexões locais com o movimento sufragista pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino (sendo Consuelo a primeira presidente da Sociedade Goiana para o Progresso Feminino), e assim por diante. As dificuldades do projeto são enfrentadas com reflexões em torno da noção de “trajetória”, de Bourdieu, do jogo de lembranças e esquecimentos que tece a memória social e de uma ênfase particular sobre as questões de gênero. O resultado é um belo texto, precedido de advertências sobre o caráter artesanal e cauteloso de suas próprias intenções analíticas, que mais sugerem do que interpretam.

Da organização e leitura dos dados dispersos, em que se destaca a análise do curioso jornal local *O Lar* (que se apresentava como “noticioso e literário feito por mulheres”), emergem os contornos dos valores locais que circulavam na época em que se deu a atuação pública da protagonista, e que permitem à autora delinear o campo classificatório e definicional de gênero que delimitava as experiências socialmente aceitáveis e inaceitáveis para homens e mulheres naquele contexto. Da associação desses dados às narrativas orais mais recentes sobre Consuelo, pinta-se a figura de uma mulher “solitária entre os seus e es-

tranha aos estranhos” – parafraseando o que disse Herbert Baldus do professor bororo Tiago Aipobureu, na clássica análise que Kofes realça como uma de suas inspirações neste trabalho.⁴ Os modelos femininos disponíveis não constituíram a experiência da personagem – ela não foi benemérita nem funcionária pública, não se casou nem cultivou as prendas domésticas – e tampouco teve oportunidade nas experiências masculinas públicas de seu tempo e lugar: não virou “coronel” nem “política”. Assim, a Consuelo de 1920 e 1930, de posição social local elevada, “inteligente” e “cult”, com a fama de grande conhecedora e narradora da história passada de sua região, que falava francês e tinha uma grande biblioteca, termina a vida fechada em sua própria casa, rejeitando e criticando a modernidade, seus confortos e costumes.

“Solteirona”, “gorda”, “tradicionalista”, “autoritária”, “sapatão”, “meio bruxa” e “feminista”, são as referências a Consuelo, pinçadas das narrativas locais recentes, compondo uma imagem que Kofes contrasta com a da contemporânea Cora Coralina, a poetisa e doceira louvada e lembrada como o principal símbolo de Goiás. Dentre essas categorias, a autora destaca a de “feminista”, como qualificativo da preocupação da personagem com a independência das mulheres, sugerindo sua construção como uma categoria de gênero que identifica a figura de gestos bruscos e autoritários incapaz de se submeter a um parceiro masculino. “Feminista” como expressão de ambigüidade de gênero liga-se também à visão do “feminismo” como categoria histórica e cultural, portanto necessariamente móvel e plural, que pode comportar diferentes ideologias e formas de atuação – longe, assim, da identidade fixa de movimento social e político, que mais agrada ao ponto de vista militante.

À parte suas diferenças de escopo e concepção, estes dois trabalhos mostram a vitalidade da reflexão antropológica no esforço de aprimorar a qualidade da pesquisa e o refinamento conceitual de temas relevantes na vida social contemporânea, sem lhes faltar a disposição de dialogar com os sentidos políticos que revestem as questões sobre as quais se debruçam. Para quem se interessa pelos estudos de gênero no Brasil, em particular, estas publicações tornam mais acessível a contri-

buição de uma pesquisadora sofisticada, cujo valor pode ser agora devidamente apreciado.

NOTAS

- 1 Essa interpretação esboçava-se em seu primeiro artigo sobre o tema, “Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas”, apresentado e publicado originalmente em 1982, mas ainda com referência a uma possível identidade feminina coletiva, expressa no “nós” do título, que é reavaliado criticamente no prefácio de *Mulher, mulheres*.
- 2 Isso nos levaria a pensar também em que medida os mecanismos informais de contratação e negociação de tarefas desempenhariam certo papel estruturante dentro do próprio mercado formal de trabalho no país, o que talvez possa ter sido acentuado no atual contexto de desregulamentação do trabalho e estímulo a “gerências participativas”. Haveria todo um campo de questões a ser explorado a partir daqui, como, aliás, a própria autora adverte (p. 37, nota 2).
- 3 Duas histórias de vida, que comparecem no apêndice de *Mulher, mulheres*, são analisadas em outro artigo da autora, “Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites”, *Cadernos Pagu*, 3: 117-141, 1994.
- 4 Herbert Baldus, “O professor Tiago Marques e o caçador Aipobureu – a reação de um indivíduo boro-ro à influência da nossa civilização”, em *Ensaio de etnologia brasileira*, 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1979, pp. 92-107.

JÚLIO ASSIS SIMÕES é professor e pesquisador do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Onde touradas, antropologia e arte se encontram

Michel LEIRIS. *Espelbo da tauromaquia*. Trad. de Samuel Titan Jr. São Paulo, Cosac & Naify, 2001. 80 páginas.

Fraya Frehse

Não há como se debruçar sobre este livro, do antropólogo e escritor francês Michel Leiris (1901-1990), sem considerar que, 63 anos depois do lançamento original da obra, na França do pré-Guerra, é a primeira vez que o autor é traduzido no Brasil. A novidade pode ser saudada como absolutamente bem-vinda. Já estava mais do que na hora que adentrasse o mercado editorial brasileiro a obra desse antropólogo singular, que, depois de incursões profundas na poesia – surrealista –, na política – comunista – e na arte – como colecionador –, buscou na psicanálise e na etnografia, em especial nesta última, novas maneiras de se aproximar daquilo que, no interior dele próprio, Leiris, expressaria aquilo que o transcende: o mundo de todos os outros humanos.

A publicação é bem-vinda também porque, diante do recém-lançado volume, constatamos que, como se costuma dizer, “valeu a pena ter esperado”. A tradução do crítico literário Samuel Titan Jr. consegue, com muita propriedade, transportar o leitor para o universo de referências lingüísticas – e literárias – do próprio Leiris, de forma a destacar, com a merecida distinção, todo o talento literário do autor. Ademais, o projeto gráfico prima por uma sensibilidade que se insinua, de maneira privilegiada, no modo como são acopladas ao texto fotografias bem precisas sobre as touradas espanholas descritas pelo escritor americano Ernest Hemingway em *Death in the afternoon* (1932) – ao qual, aliás, Leiris se reporta no livro. As 21 imagens em preto e branco compõem uma narrativa paralela, que pode ser lida, por um lado, a partir da diacronia interna à seqüência de imagens. Isso conduz o leitor da entrada colossal dos toureiros na arena à sua apoteose final – num duplo sentido que nas úl-